

ATA 26/2021 – 01.06.21 Ordinária

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, após a verificação de quorum, a Vereadora Maria Helena Menezes Silveira, Presidente, declarou aberta a Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Arroio dos Ratos. Passou-se a leitura das correspondências recebidas: Ofício 053/2021, que trata da apresentação do relatório de gestão em saúde referente ao primeiro quadrimestre de 2021. Ofício 032/2021, da Secretaria da Fazenda em resposta ao ofício 074/2021. Ofício sem número, oriundo da Secretaria da Fazenda, sob o protocolo 50064, em resposta a indicação 087/2021. Cópia da ata de audiência pública, relativa às metas fiscais para o primeiro quadrimestre de 2021. Ofício gabinete 270/2021 do Deputado Federal Pompeo de Mattos - PDT, que trata de emenda parlamentar em prol do Município, destinada à saúde. Moção de protesto ao retorno das atividades presenciais nas escolas. A vereadora Maria Helena fez uso da palavra colocando que a comunidade escolar fica feliz com o início da vacinação pelo governo do Estado e em alguns municípios, todavia sabemos que o esquema vacinal ainda demorará para ser completo e estamos a mercê de uma terceira onda de covid, o que assusta muito. Disse que a moção de protesto é para a proteção de todos, pois não estamos aptos a retomar as atividades presenciais com segurança. Disse que nosso Prefeito foi bastante flexível, incluindo as Escolas Estaduais no decreto, sendo que a princípio as aulas seriam retomadas em julho, mas teremos que aguardar no decorrer do mês de junho a situação do sistema de saúde. Disse que outras Câmaras estão mobilizadas e gostaria que a Câmara de Arroio dos Ratos se unisse a elas. Não havendo mais manifestações, a moção de protesto foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. Prestação de contas da doação da vereadora Cíntia, relativa ao mês de maio. Decreto 059/2021. Passou-se a leitura e apreciação da indicação 091/2021, da Vereadora Maria Helena. A vereadora proponente colocou que a indicação está bem clara e que o Município deve analisar a possibilidade do Município aderir ao Programa Proesporte. Disse que há algum tempo faz indicações em apoio ao esporte e vem conversando e trocando idéias com a Silsa e pessoas ligadas ao Esporte. Disse que o Proesporte traz muitos benefícios para os Municípios e por isso lança a presente indicação para que com a adesão ao Programa tenhamos avanços no Esporte em nosso Município, pois os atletas e o segmento merecem e necessitam de ajuda e atenção. O vereador Jeslei, parabenizou a colega pelo apoio ao Esporte e

também ao Esporte Feminino. Não havendo mais manifestações, a indicação 091/2021 foi colocada em votação e aprovada por 8x0. Passou-se a leitura e apreciação da indicação 092/2021, da vereadora Cíntia. A vereadora Cíntia fez uso da palavra colocando que a pandemia veio trazendo diversas conseqüências, dentre elas o aumento do número de casos de violência doméstica contra as mulheres e, neste contexto, ter uma casa de passagem para a população adulta e para que seja possível dar apoio a estas mulheres é de suma importância. Disse que as mulheres têm medidas protetivas, no entanto não têm para onde ir, sendo que este acolhimento é essencial. Destacou que muitas pessoas estão sem lar, embora não tenhamos população de rua e que no inverno estas pessoas sofrem bastante, razão pela qual o poder público deve ter uma Casa de Passagem para adultos. Não havendo mais manifestações, a indicação 092/2021 foi colocada em votação e aprovada por 8x0. Passou-se a leitura e apreciação da indicação 093/2021, da vereadora Cíntia. A vereadora proponente disse que esta indicação foi feita pelo colega Bernardo e vem reiterá-la. O vereador Bernardo disse que fez esta indicação, especialmente em virtude da Creche. O vereador Dilson disse que também fez pedido de redutores na Arthur da Costa e Silva, nas proximidades da Creche, sem retorno até o momento. Disse que as indicações e requerimentos devem ser respondidos e que deve ter mais respeito com as demandas levadas por esta Casa. O vereador Bernardo disse que algumas secretarias respondem, mas a maioria não, sendo que necessitamos ter respostas para levar à população, solicitando que a Presidente adotasse alguma medida, intervindo para cobrar o Executivo, que poderia designar um servidor para responder às indicações. Pela Presidente foi dito que o problema tem sido recorrente, sendo que algumas secretarias respondem e outras não. Disse que em certa ocasião foi feito protocolo a mão porque o sistema estava inoperante e a indicação não seguiu seu trâmite. Não havendo mais manifestações a indicação 093/2021 foi colocada em votação e aprovada por 8x0. Passou-se a leitura e apreciação da indicação 094/2021, do Vereador Osmar. O vereador Osmar disse que o executivo deve atentar para a questão do esgotamento sanitário e não havendo mais manifestações a indicação 094/2021 foi colocada em votação e aprovada por 8x0. Correspondências expedidas: Ofício 101/2021, encaminhado à Gerência da Caixa Econômica Federal – agência Arroio dos Ratos. Decreto 002/2021, que determina ponto facultativo. Ofício 103/2021, expedido aos Correios. Tribuna Popular: Nada consta. Grande expediente:

Inscrita a vereadora Maria Helena, que passou a fazer uso da palavra e apresentou nota de esclarecimento acerca da situação do IPTU, nos seguintes termos: *“Ao dirigir-me respeitosamente à população de Arroio dos Ratos, em nome dos vereadores, venho por intermédio da presente nota, prestar os seguintes esclarecimentos a todos, especialmente àqueles que tiveram aumento no valor do seu IPTU e que, mesmo após solicitar revisão, tiveram seu pedido indeferido. Esclarecemos que durante os meses de março, abril e maio foram realizadas algumas reuniões juntamente com o Poder Executivo na tentativa de solucionar discrepâncias no valor do IPTU. Diversas possibilidades foram debatidas junto ao Poder Executivo, que se mostrou aberto ao diálogo e aberto na busca de uma solução. Deliberou-se sobre a possibilidade de aumento no valor dos descontos, porém, conjuntamente com o Executivo, conclui-se que todos os descontos possíveis já haviam sido dados, conforme Lei 4128/2021, que concedeu descontos de vinte, dez e cinco por cento, sendo portanto, inviável a concessão de percentual maior, sob pena de incorrer-se em renúncia de receita. Superada esta questão e diante da inviabilidade de aumento no percentual de desconto, chegou-se a um consenso de prorrogar o prazo de pagamento para mais trinta dias, o que de fato foi feito, para estudo de viabilidade e elaboração de Projeto de Lei visando a remissão parcial do IPTU. De posse dos pareceres jurídicos, conclui-se pela possibilidade da remissão parcial, ante a existência de previsão legal no Código Tributário Nacional, desde que observasse fielmente as condições e exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual estão vinculados todos os gestores públicos. Para tanto, foi necessário e indispensável um estudo de impacto orçamentário–financeiro, o que é exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O documento (estudo de impacto orçamentário –financeiro) foi então devidamente elaborado por profissionais da área contábil, os quais fizeram uso de critérios técnicos e analisaram as leis orçamentárias vigentes, especialmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias. De posse do impacto orçamentário financeiro e dos dados nele constatantes, passou-se a elaboração do Projeto de Lei para remissão parcial do IPTU. Elaborado o Projeto de Lei, que também fez uso de critérios técnicos e legais, chegou-se a conclusão que seria viável a concessão de apenas 0,06 por cento para cada unidade (imóvel), valor este insignificante, que em nada alteraria a realidade do contribuinte, razão pela qual não será apresentado por esta Casa. Destacamos, por oportuno, que a elaboração do Projeto de Lei que*

proponha remissão, deve adotar como base, obrigatoriamente e por força de Lei, o estudo de impacto orçamentário – financeiro. E nesse ponto esbarrou em questões orçamentárias e financeiras, em limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que engessaram a concessão de um percentual maior a título de remissão, como nós pretendíamos. Outrossim, informamos que só pudemos ter ciência desta realidade e dos números, após o recebimento do impacto orçamentário financeiro e dos dados revelados no referido documento. Assim, em que pese, o Projeto tenha sido elaborado conforme pretendiam os vereadores, deixa de ser apresentado, ante o valor ínfimo do desconto, que conforme referido, seria no percentual de 0,06 por cento. Reforçamos mais uma vez que esta Casa, juntamente com o Executivo, empenhou-se na solução da questão, buscando soluções legais. Todavia, as imposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e os dados obtidos com a apresentação do impacto orçamentário financeiro inviabilizaram a concessão de uma remissão em percentual maior, sob pena de afronta à Lei de Responsabilidade e responsabilização dos gestores. Por fim, prestamos estes esclarecimentos em resposta à população, tendo em vista que havíamos informado que estávamos estudando alternativas, e dentre elas a remissão parcial do IPTU, que no momento revelou-se ineficaz, ante o valor ínfimo da remissão”. Pela Presidente foi registrado que esta Casa está prestando contas à população, haja vista que estava tentando a remissão parcial do IPTU, porém, por questões legais, e principalmente orçamentárias e financeiras o percentual possível a título de remissão foi irrisório, insignificante, bem menor do que se projetava inicialmente. Sendo assim, a Presidente disse que prestava os esclarecimentos à população, pois somente após o recebimento do impacto financeiro detectou-se que a possibilidade de remissão seria em percentual insignificante, razão pela qual o respectivo Projeto deixa de ser apresentado por esta Casa. Continuando sua fala, agradeceu ao Deputado Pompeo de Mattos pela emenda parlamentar e por sempre contemplar Arroio dos Ratos. Informou que o Secretário de Saúde esteve nesta Casa explicando sobre o aplicativo de Saúde para agendamento de consultas e vacina. Disse que as agentes de saúde já estão visitando as Casas e informando sobre o aplicativo. Agradeceu a vinda do senhor José Giovane Rodrigues de Souza, que por iniciativa do senhor Jeslei, recebeu moção de reconhecimento por seu trabalho e sua brilhante atuação perante a Penitenciária de Arroio dos Ratos. Segundo inscrito no grande expediente, o Vereador Osmar agradeceu ao

Deputado Heitor Schuch pela emenda, no valor de cem mil reais. Disse que o mesmo disse que assim que possível fará uma visita a nossa Câmara. Disse que a conversa foi bastante produtiva e que na oportunidade, postulou a questão da ligação asfáltica entre Arroio dos Ratos e São Jerônimo. Pediu auxílio da bancada do PP e de todas as bancadas para concessão de emendas, unindo forças para o asfaltamento. Em a parte, a vereadora Maria Helena disse que a questão do asfalto é antiga e que de fato temos que nos unir, sendo que, conforme dito em reunião pelo Vice-prefeito de São Jerônimo, após a venda do horto, depois de privatizada a CEEE, haverá investimento na ligação asfáltica. Em a parte, o vereador Dilson parabenizou o colega Osmar. Disse que no que se refere ao asfalto só irá *acreditar “quando ver”*, mas que concorda com a união de todos em prol desta pauta, só não deseja criar falsas expectativas. O vereador Osmar disse que devemos continuar tentando através da união e do diálogo e encerrou sua fala. Terceiro inscrito no grande expediente, o Vereador Jeslei passou a fazer uso da palavra, e referindo-se ao ofício 101/2021, lido anteriormente no espaço das correspondências expedidas, trata-se de pedido de doação de relógio digital à Caixa Econômica Federal, em formalização ao pedido feito ao gerente, senhor Benhur. Disse que é algo simples, mas que muda a imagem do centro e que iniciativas similares foram realizadas em municípios vizinhos. Parabenizou a colega Maria Helena, Dilson e Osmar pelas emenda trazidas e prol da nossa cidade. Último inscrito no grande expediente, o Vereador Dilson passou a fazer uso da palavra, parabenizando a todos os colegas que obtiveram êxito nas emendas parlamentares e ao colega Jeslei, pela iniciativa junto à Caixa. Disse que no que se refere à sua solicitação aos Correios (ofício expedido 103/2021), é inadmissível que um loteamento inaugurado desde 2017 ainda não receba correspondências, o que está na contramão da cidadania. Disse que ocorreu reunião com o atual gerente Emerson, o qual disse que já fez diversos pedidos, sem que houvesse atendimento. Disse que é também absurda a situação de que nossa agência dos Correios não conte com um carro, sendo que as pessoas estão pagando os serviços postais e além disso, tem que ir ao correio buscar e pagar um táxi para poder transportar, o que denota a falha no serviço, isso porque o correio de nossa cidade não dispõe de veículo. Disse que encabeçou um abaixo-assinado no Loteamento, que vai anexado ao ofício. Disse que as ruas receberam denominação, porém não foram devidamente identificadas, o que é também inadmissível. Em a parte a vereadora Neida disse esta

Casa deu nome aos logradouros e que foi feito pedido à Presidência dos Correios. Disse que o vereador Dilson tem toda razão e que o loteamento precisa ser atendido. Pela vereadora Cíntia, disse que foi recebida uma doação de dez placas para o Loteamento Água Azul, o que ajudará na identificação dos Correios. A vereadora Maria Helena disse que já havia alinhado com o gerente anterior o atendimento ao Loteamento e que com relação à identificação das ruas, conversou com o Prefeito, que pediu um tempo e disse que colocaria a identificação nos postes. Disse que o Loteamento precisa ser atendido e que não sabe o que ocorreu, tendo em vista que o Anderson (gerente anterior) havia encaminhado tudo. O vereador Dilson colocou que agora temos que tratar com o novo gerente, senhor Everson Almeida, e que irá cobrar. Disse que já se passou tempo de mais para a identificação das ruas. O vereador Bernardo disse que a entrega não é um favor e que não é por falta de placas que o Correio não entrega, pois se fosse esse o caso, não haveria entrega e, lugar nenhum. O vereador Dilson colocou que segundo o gerente, há carência de recursos humanos, outro ponto que colocou em seu pedido. Disse que *“a cidade tem que andar, as coisas têm que funcionar, que as respostas têm que chegar, porque o vereador foi eleito de forma legítima”*. Disse que *“os resultados tem que aparecer, pois tudo é a passos lentos, e que se cobra é pelo bem da cidade”*. Comunicações: nada consta. Ordem do dia: Discussão Preliminar: Projeto de Lei 045/2021. Passou-se a leitura e discussão preliminar do Projeto de Lei 045/2021. Não havendo manifestações, o Projeto de Lei 045/2021 foi encaminhado à Comissão Geral de Pareceres. Passou-se a leitura e discussão preliminar do Projeto de Lei 047/2021. Não havendo manifestações, o Projeto de Lei 047/2021 foi encaminhado à Comissão Geral de Pareceres. Discussão final e votação. Projeto de Lei 040/2021. Passou-se a leitura do parecer ao Projeto de Lei 040/2021. O parecer contrário foi colocado em votação e aprovado por 8x0. Sendo assim, ante a aprovação do parecer contrário, o Projeto de Lei 040/2021 é tido como rejeitado por 8x0. Projeto de Lei 046/2021. Passou-se a leitura do parecer ao Projeto de Lei 046/2021. O parecer foi colocado em votação, tendo sido aprovado por 8x0. Passou-se a discussão final do Projeto de Lei 046/2021 e não havendo manifestações, foi colocado em votação aprovado por 8x0. Ata 25/2021. A ata 25/2021 foi colocada em votação e aprovada por 8x0. Explicações pessoais: nada consta. Não havendo mais nada a ser tratado, a Senhora Presidente encerrou a sessão, agradeceu a presença de todos, sendo

lavrada a presente ata que vai assinada pela Presidente Maria Helena Menezes Silveira, pelo Secretário Jeslei Salines de Souza e pelos vereadores

Bernardo Cairuga Pereira
Cíntia Jardim
Dilson Lemos
Marcos Antonio Correa Monteiro
Neida Lima
Osmar Carvalho Didoliche
Tiago Abade